

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.443.048 - SP
(2019/0029184-9)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : MAXIMILIANO ALVARES
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE JUNDIAI
PROCURADOR : HENRY VINICIUS BATISTA PIRES E OUTRO(S) - SP265828
INTERES. : AGNALDO RAMON CAMPOS ARANHA
INTERES. : FERNANDO BARADEL
INTERES. : LAERCIO BARADEL
INTERES. : LILIANA CAPOBIANCO PALHARES
INTERES. : MARIA TERESA BASSAN HENRIQUE
INTERES. : ODAIR BARDI
INTERES. : VINICIUS DONIZETTI LEPRI LEBEIS
ADVOGADO : GILSENO RIBEIRO CHAVES FILHO - SP095985

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. DIFERENÇAS SALARIAIS. REENQUADRAMENTO. ATO ADMINISTRATIVO ÚNICO DE EFEITOS CONCRETOS. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO APLICAÇÃO DA SÚM. N. 85/STJ. AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O provimento da pretensão recursal quanto às diferenças salariais depende da revisão do enquadramento procedido pela LM n. 6.897/2007, que se configura como ato único de efeitos concretos.
2. Conforme jurisprudência do STJ, a prescrição alcança à própria pretensão de revisão do ato de enquadramento ou de reenquadramento de servidor público por ser ato único de efeitos concretos. Não há, portanto, incidência da Súm. n. 85/STJ.
3. Agrado interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agrado interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator